

# PROJECTO EUROPA



## INFORMAÇÃO

N.º 6 • JUNHO 1991



GRUPO LIBERAL, DEMOCRÁTICO E REFORMISTA

### EDITORIAL

Aproxima-se a data fixada para a realização de eleições legislativas em Portugal. Este acto eleitoral ocorre sensivelmente a meio do mandato dos Deputados ao Parlamento Europeu, eleitos em Junho de 1989. Por outro lado, daquela escolha resultará o Governo que terá a seu cargo a Presidência das Comunidades no primeiro Semestre de 1992 e, também por isso, o eleitorado não deixará de ponderar na larga experiência e conhecimento dos "dossiers" europeus, bem como nas amplas provas de capacidade política e de sucesso negocial revelados pelo Governo do PSD!

Daqueles factos resulta um aspecto importante para a estruturação e organização político-partidária do nosso calendário nos próximos meses. Na realidade, importa maximizar as condições de sucesso da Presidência portuguesa da CEE, em todos os planos em que esta se vai desenrolar.

Um destes planos é o parlamentar, isto é, o relacionamento com o Parlamento Europeu, que se traduz na presença do Governo Português em sede de plenário e das Comissões e, especialmente no diálogo que vai manter com estes órgãos.

É neste domínio e neste contexto que o papel do Grupo Parlamentar do PSD poderá ser relevante, contribuindo para a boa imagem da presidência portuguesa através, nomeadamente de uma cuidada articulação e organização das iniciativas políticas a assumir pelo Governo na Europa.

É também para isso que cá estamos!

António d'Orey Capucho



# DISCURSO DIRECTO

(Excertos)

## António CAPUCHO

### sobre uma política externa e de segurança comum

A Comunidade só poderá assumir responsabilidades no capítulo da política externa compatíveis com a dimensão política e económica que detém se desenvolver políticas coerentes de segurança e defesa comum que não ponham em causa a participação e as relações dos Estados-membros com a Aliança Atlântica.

Um dos aspectos mais prementes neste domínio, como a guerra do Golfo acaba de nos demonstrar, é o da exportação de armamento, e sobre ela me deterei um instante. Começamos por apoiar a proposta do ministro Gensher no sentido de as Nações Unidas estabelecerem um registo de todas as vendas internacionais de armamento como primeiro passo para submeter este comércio a rigoroso controle independente e internacional, especialmente quando estiverem em causa armas de destruição massiva.

A Comunidade pode e deve dar um contributo decisivo e imediato neste sentido, eliminando na prática a aplicação das disposições do artigo 223.º do Tratado CEE, antes mesmo de o suprimir formalmente, passando assim a fornecer às instituições competentes as informações sobre o sector de armamento que, até agora, os Estados-membros estão dispensados de prestar. Ao mesmo tempo, e independentemente dos trabalhos em curso visando uma melhor harmonização e cooperação entre as indústrias de armamento dos Estados-membros, deve a Comunidade Europeia iniciar de imediato o estudo de legislação comum que condicione a produção e selecione os tipos de armamento possíveis de exportação.

Esperemos que o interesse comum dos Doze e o objectivo maior da paz e da segurança mundiais não sejam postergados por meros interesses económicos sectoriais.

## Rui AMARAL

### sobre o estado de realização do mercado interno

O primeiro e mais decisivo aspecto é o da abolição das fronteiras à livre circulação das pessoas. As dificuldades e a própria natureza do acordo de Schengen suscitam legítimas preocupações de enquadramento jurídico-político a que não podemos ser indiferentes. Os problemas do combate comum à criminalidade organizada, a política de vistos e do controlo das fronteiras externas estão ainda longe de nos autorizarem qualquer optimismo.

No que respeita às mercadorias, o "dossier" fiscalidade, mau grado os progressos registados, continua a ser tratado numa base de relação com o Parlamento completamente inaceitável, deixando esta instituição, na prática, completamente fora do essencial das deliberações. Harmonização da fiscalidade pela via do jogo do mercado penaliza obviamente os Estados menos favorecidos, o que se acresce às já crescentes dificuldades impostas à gestão orçamental nestes países.

No que respeita aos serviços e capitais, também aí o panorama em matéria de fiscalidade é muito preocupante. A este respeito impõe-se, na sequência da vontade manifestada pelo Parlamento e pelo Conselho, uma decisão urgente e adequadamente dimensionada sobre as redes transeuropeias dos transportes, comunicações e energia, sem as quais não poderá falar-se mais de mercado interno.

Como Parlamento Europeu, como responsáveis e representantes dos 335 milhões de eleitores europeus, não podemos estar de modo nenhum contentes com a situação.

## Manuel PORTO

### sobre as redes de gás natural

Embora não atingindo ainda nesta fase todos os propósitos que importará vir a atingir, a proposta de directiva relativa ao trânsito do gás natural nas grandes redes constitui uma importante medida de abertura do sector à concorrência, constituindo por consequência um incentivo à implantação da rede europeia que se torna necessária a uma maior coesão e a um maior desenvolvimento do espaço comunitário.

Nesta linha, não têm razão quantos, numa defesa a curto prazo de interesses instalados, receiam ou dizem recear riscos financeiros como consequência da possibilidade de acesso de terceiros às redes de transporte de gás. Pelo contrário, abrindo-se a possibilidade de uma maior utilização, é maior o ganho proporcionado, avaliado pelos serviços da Comissão em mais de 600 milhões de ecus anuais, e a rentabilização dos investimentos feitos e a fazer.

Tratando-se de uma fonte energética mais barata e menos poluente que representa já hoje mais de 18% do consumo de energia primária da Comunidade, compreende-se o esforço que está a ser feito pelos países que entretanto não lhe têm acesso, como é o caso de Portugal, no sentido de passarem a tê-lo: evitando os prejuízos sensíveis que os seus consumidores e os seus empresários estão actualmente a sofrer.

Estando em causa, pois, um importante interesse comunitário, justifica-se que, a par desta intervenção normativa, se verifique um apoio financeiro específico substancial à construção de infra-estruturas de ligação à rede europeia: no caso português, de ligação a essa rede de gasoduto do litoral, tal como está projectado, ligando Coimbra a França através de Castela-Leão, com o que serão beneficiadas, simultaneamente, zonas importantes do interior de Portugal e Espanha.

## Margarida SALEMA

### sobre a protecção jurídica dos programas de computador

Quero, em primeiro lugar, congratular-me pelo papel decisivo que coube a este Parlamento no aprofundamento e alargamento de um debate sobre matéria tão complexa e de implicações tão vastas como é a do enquadramento jurídico comunitário da criação e operação de programas de computador.

Ninguém ignora o contexto económico nem as potencialidades em termos de evolução tecnológica deste tipo de produtos. Esse facto implica a impossibilidade de minimizar politicamente a importância e o impacto de uma directiva cuja aparência técnico-jurídica poderia, à primeira vista, dissimular as verdadeiras opções que no legislador comunitário importa tomar em ordem a prosseguir objectivos de estímulo à investigação e ao desenvolvimento, assim como ao progresso das ideias, sem com isso descurar a protecção dos criadores nem, por outro lado, pôr em causa os interesses dos consumidores e até dos utilizadores. Este delicado equilíbrio que hoje se impõe corresponde aos novos desafios da nossa época e implica necessariamente interpretações evolutivas, correctas e adequadas das soluções clássicas dos direitos de propriedade intelectual. Desde a proposta inicial até à posição comum registou-se um enorme esforço por parte das instituições comunitárias no sentido de encontrar soluções equilibradas e harmoniosas, mas também adequadas à dimensão do problema.



Mas, não há actos parlamentares inúteis. É por isso que, apesar de aprovada por unanimidade e independentemente de todas as limitações ao processo de cooperação, a posição comum carece, em nosso entender, de clarificações que o Conselho não pôde ou não quis introduzir. Sabemos também que a Comissão não encara favoravelmente modificações à posição comum. Teria sido mais simples ou mais fácil cruzar os braços e dizer que mais nada nos resta fazer ou sequer que é útil acrescentar. Pensamos que uma atitude dessas seria politicamente incoerente e não contribuiria para a dignificação da actividade parlamentar.

## Mendes BOTA sobre a Política Comunitária do Turismo

É urgente e é necessário conferir ao Turismo um estatuto de maioria enquanto política, simultaneamente autónoma, e simultaneamente complementar de outras políticas, designadamente as do ambiente, do desenvolvimento regional, dos transportes, do emprego, da cultura ou do desporto.

É uma procura que não vai parar de crescer com a chegada de novos contingentes de turistas originados pelo efeito multiplicador do Mercado Interno de 1992 e da União Económica e Monetária, pela repartição dos períodos de férias, pelo crescente número de jovens reformados, de solitários e de casais sem filhos e pela terciarização do emprego.

O grande desafio do Turismo europeu consiste em dar uma resposta eficaz ao crescimento da procura e do grau de exigência, compatibilizando o crescimento da oferta europeia com o património cultural e ambiental, com a luta contra a excessiva artificialização das estâncias turísticas, contra a uniformização dos padrões culturais e de consumo, ao mesmo tempo que terá que enfrentar a agressividade dos novos destinos concorrentes de fora da Europa que praticam preços aliciantes.

É perante estes desafios dos anos 90, e depois de uma década em que a Europa perdeu 10% das receitas, 5% dos turistas e 2% da capacidade hoteleira na sua quotização no mercado mundial que deparamos com uma Comunidade Económica Europeia que trata o Turismo como uma actividade residual no sotão orçamental e de efectivos de pessoal da DG XXIII.

## Virgílio PEREIRA sobre o POSEIMA

O programa POSEIMA possibilitará às regiões insulares, designadamente às ilhas da Madeira e do Porto Santo, participarem plenamente na dinâmica do mercado interno. Este programa é a prova de que as instituições comunitárias estão já mais sensibilizadas para a problemática específica e potencialidades dessas regiões. Efectivamente, este programa permitirá o reconhecimento das realidades dessas regiões das suas condições naturais e muito específicas no contexto da aplicação das políticas comuns, sempre que essas condições sejam claramente distintas das do resto da Comunidade.

Por outro lado, o POSEIMA contribuirá para o desenvolvimento económico e social dessas regiões insulares, designadamente da Madeira e do Porto Santo, porque propõe o financiamento comunitário das medidas específicas que preconiza.

Não tenho dúvidas de que a aprovação do POSEIMA, enriquecido com o trabalho deste Parlamento, constituirá um acto de justiça para com os povos dessas regiões comunitárias. A Madeira e o Porto Santo esperam que o POSEIMA não seja um ponto final no desenrolar de todo este processo de centralização em relação às regiões ultraperiféricas da Comunidade, mas seja, pelo contrário, uma porta aberta ou uma rampa de

lançamento para elaboração futura de novos programas específicos de ajuda a essas regiões que possibilitem, a médio prazo, um desenvolvimento social e económico mais consentâneo com os níveis médios de desenvolvimento da restante Comunidade e com a importância que aquelas têm para a Europa comunitária.

## Vasco GARCIA sobre o POSEIMA

O programa POSEIMA será uma grande ajuda para os Açores e a Madeira. Mas desejaríamos uma proposta mais ousada, que resultasse numa profunda transformação do modo de viver nas ilhas.

Analisando por sectores o POSEIMA, chama-se a atenção da Comissão para a importância das alterações no domínio da fiscalidade directa, que permita o reforço dos capitais próprios, das empresas com sede nas ilhas, única maneira de reinvestir e limitar a descapitalização acentuada que nelas se verifica. Mas é evidente que esta medida, de grande alcance para o desenvolvimento económico, só será possível com a solidariedade financeira da Comunidade. Ainda sobre os impostos, deverá atender-se aos impostos específicos sobre certos produtos, nomeadamente os petrolíferos, face ao mercado interno de 1993. O Parlamento propõe uma alteração que, também a esperamos, será acolhida favoravelmente. Se as alterações fiscais forem aceites, a vida económica dos Açores e Madeira terá dado um salto face ao século XXI.

O segundo pacote de alterações em que insistimos é o dos transportes aéreos e marítimos, calcanhar de Aquiles das regiões insulares. Gostaríamos que este calcanhar fosse calçado com uma bota de sete léguas.

# NOTÍCIAS BREVES

## Marques Mendes critica anteprojecto de orçamento

O Deputado António Marques Mendes expressou em plenário, a sua inquietação pelo facto de o anteprojecto de orçamento para 1992, apresentado pela Comissão, não atender devidamente às orientações aprovadas pelo Parlamento Europeu, as quais constituem a expressão de uma vontade política que deveria encontrar tradução concreta no orçamento.

Marques Mendes referiu-se, em particular, à necessidade de os importantes compromissos externos da Comunidade não fazerem esquecer as necessidades da política interna, sobretudo porque este será o último orçamento a aprovar na vigência do acordo interinstitucional e antes da realização do mercado interno. Daí, a tónica posta pelo Parlamento Europeu na necessidade de um forte investimento nos domínios da coesão económica e social, da dimensão social e do espaço social.

Infelizmente, o aumento proposto pela Comissão, para as dotações para acções no domínio social é insignificante, considerou o deputado, que expressou a esperança de que o Parlamento Europeu e o Conselho "corrijam" esta grave lacuna do anteprojecto.

## O Algarve em Estrasburgo

O Algarve esteve presente em Estrasburgo no mês de Maio, através de uma exposição de fotos, produtos agrícolas e arte-



sanato da região e da actuação do rancho folclórico da Luz de Tavira, que decorreram durante a sessão do PE, integradas na "Semana Algarvia no Parlamento Europeu em Estrasburgo", promovida por sete associações empresariais algarvias e patrocinada pelo deputado José Mendes Bota, originário daquela região e ex-Presidente da Câmara Municipal de Loulé. O objectivo da iniciativa — a divulgação das potencialidades do Algarve junto de um importante fórum de líderes da opinião pública europeia", foi amplamente conseguido.

## Carlos Pimenta chefiou delegação aos Países Bálticos

Carlos Pimenta, que é vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com a URSS, chefiou uma delegação do Grupo Liberal, Democrático e Reformista que integrou ainda o deputado francês Alain Lamassoure, relator geral do PE para as questões orçamentais e o deputado irlandês Pat Cox.

Esta delegação manteve contactos com os Presidentes, Primeiros Ministros e Ministros dos Estrangeiros das três repúblicas bálticas culminando a visita com um encontro com o Presidente da Lituânia, M. Vytautas Landsbergis. Para além destes contactos com entidades oficiais, os deputados do LDR mantiveram reuniões com representantes das minorias russa e polaca.

Segundo Carlos Pimenta a missão desta delegação foi "conhecer detalhadamente a posição dos dirigentes das três Repúblicas Bálticas sobre o projecto de novo tratado da União e como encaram as suas relações futuras com a URSS e com a CEE.

## Portugal e a reforma da Política Agrícola Comum

Organização pela Sessão de Bruxelas do PSD, realizou-se nas instalações do Parlamento Europeu nesta cidade uma conferência do Ministro português da Agricultura.

O Ministro Arlindo Cunha fez na ocasião uma importante exposição sobre a reforma da Política Agrícola Comum.

## Parlamento Europeu aprovou preços agrícolas

O Parlamento Europeu aprovou, com grande número de alterações, 58 das 60 propostas de regulamento apresentadas pela Comissão relativamente aos preços agrícolas e medidas conexas para a campanha de 1991/92.

Intervindo no debate o eurodeputado do PSD, Vasco Garcia, afirmou que "no contexto dos últimos cinco anos da política agrícola comum, bem se pode dizer que 1991 é um ano inquietantemente decisivo. Basta ver o quadro que se apresenta aos agricultores da Europa Comunitária, com o afastamento cada vez maior entre os rendimentos dos agricultores e os rendimentos dos outros sectores da economia, para se ter uma ideia clara e muito negativa quanto ao futuro de grande número dos nossos produtos agrícolas".

Vasco Garcia defendeu ainda que se prolongue "a actual situação de preços, ainda que com um esforço suplementar, até se tomar uma decisão concreta quanto ao futuro da política agrícola comum".

## Resolução sobre Angola

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de resolução em que "felicitou o povo angolano, o seu Governo e a UNITA, bem como o Governo português, pelos seus esforços de mediação" na sequência da assinatura dos acordos de paz assinados em Lisboa.

Intervindo no debate desta proposta de resolução de que aliás, foi um dos subscritores, o vice-presidente António Capucho afirmou ser "indispensável que a Comunidade apoie com eficácia a reconstrução e o desenvolvimento económico e social de Angola". António Capucho afirmou ainda a sua convicção de que "tanto o MPLA como a UNITA vão respeitar os acordos celebrados e que, em cooperação e com o empenhamento da sociedade civil, saberão construir nos próximos anos uma Angola pacificada, democrática e próspera".

## Jonas Savimbi no Parlamento Europeu

A convite do Grupo Liberal, Democrático e Reformista esteve em Estrasburgo nos dias 14 e 15 de Maio o Dr. Jonas Savimbi, Presidente da UNITA.

Na reunião que na ocasião teve com deputados europeus de vários grupos políticos aquele dirigente angolano falou de maneira bastante positiva sobre o processo de paz e sobre os principais problemas que hoje se colocam à democratização e ao desenvolvimento de Angola.

## Dia da Europa comemorado em Lisboa

O Dia da Europa assinala a data em que, a 9 de Maio de 1950, Robert Schuman, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, proferiu a célebre declaração a que o seu nome ficou associado e que previa a criação de uma organização europeia encarregada de gerir a produção e o consumo do carvão e do aço, bases da riqueza industrial da Europa de então. Da proposta nasceu a primeira Comunidade Europeia, a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Para comemorar esta data foi inaugurada em Lisboa uma exposição de obras de arte de artistas portugueses, adquiridas pelo Parlamento Europeu. No acto de inauguração estiveram presentes o Presidente da República, Dr. Mário Soares, o Presidente do Parlamento Europeu Baron Crespo e o Vice-Presidente António Capucho.

### AGENDA

#### Reunião do Grupo LDR no Algarve

O Grupo Liberal, Democrático e Reformista do Parlamento Europeu realiza as suas "jornadas de estudo" no Algarve.

A reunião terá lugar nos próximos dias 2, 3 e 4 de Setembro em Vilamoura.

É o segundo ano consecutivo em que o Grupo escolhe Portugal para as "jornadas de estudo" anuais.

### PROJECTO EUROPA INFORMAÇÃO

Publicação do Grupo Europeu  
do Partido Social Democrata

Parlamento Europeu — Rue Beliard, 97-113  
1040 BRUXELLES  
Telef.: 284 51 01